



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

**Quarta-feira
(14/03)**

Manchetes

G1: Franquia do crime: 2 milhões de pessoas no RJ estão em áreas sob influência de milícias

Estadão: PF abre Pão Nosso contra corrupção no sistema prisional do Rio

Istoé: Orçamento para intervenção no Rio vai demorar, diz Jungmann

G1: Comissão de Ética aplica censura ética a Fernando Segovia, ex-diretor-geral da PF

Folha de S. Paulo: Morador do Rio passa 36 horas detido após falha em operação do Exército

A Crítica: Crise na Venezuela torna fronteira do AM em comércio de fuzis com PCC, diz polícia

Síntese das principais notícias

Controle Externo

Falhas em UPPS: **Jornal do Brasil** noticia que a continuidade das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) começou a ser debatida na última terça-feira (13), durante a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das UPPs, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). Os deputados investigam se existe viabilidade de preservação do projeto na forma como foi originalmente desenhado, se é necessária a desativação de UPPs que não estão dando o resultado esperado e se é preciso uma readequação do processo, com possíveis correções de rumo e novos investimentos. O presidente da CPI, deputado Bruno Dauare, que propôs a criação da comissão, disse que um dos erros do projeto foi não ter se expandido para o interior do estado.

Revista de mulheres: O ministro dos Direitos Humanos, Gustavo Rocha, vai pedir ao interventor federal no Rio, general Braga Netto, que mulheres não sejam revistadas por homens nas batidas policiais. A intervenção no estado tem sido marcada pela



intensificação das abordagens nas ruas. Essa é uma das primeiras sugestões do ObservaRIO, comissão criada pelo ministério para acompanhar a intervenção. Notícia do **O Globo**.

ONU: G1 noticia que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e o Escritório para a América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) expressaram, na última terça-feira (13), sua “profunda preocupação” sobre o decreto presidencial que autoriza uma intervenção federal na segurança do estado do Rio de Janeiro. A preocupação é que o decreto nº 9288, assinado em 16 de fevereiro e aprovado pelo Congresso Nacional, que coloca as forças policiais sob o comando de um general do Exército, não especifique de maneira suficiente o seu alcance e execução nem as condições que justificam uma medida excepcional dessa natureza. Para os organismos, a execução do decreto pode resultar em graves violações de direitos humanos, em particular à vida e à integridade pessoal.

Franquia do crime: G1 noticia que as milícias estão, atualmente, em 11 municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. As áreas de influência desses grupos criminosos somam 348 km², o equivalente a um quarto do tamanho da capital. É um conjunto de territórios em que vivem 2 milhões de pessoas que, no dia a dia, são coagidas a usar o transporte e o botijão de gás; a pagar por segurança e pelo sinal de TV; além de consumir água e os alimentos da cesta básica dessas quadrilhas.

Orçamento para intervenção: Prestes a completar um mês na sexta-feira (16), a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro ainda não tem um orçamento definido, mas, segundo o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, o governo já fez “o básico”, que era decretar a intervenção e trocar o comando das polícias Civil e Militar. Ele também afirmou que a negociação de verbas federais demora e não deu prazo para o anúncio do volume de verbas a ser investido no Estado. Notícia do **Istoé**.

Censura ética: G1 noticia que a Comissão de Ética Pública da Presidência decidiu aplicar censura ética ao ex-diretor-geral da Polícia Federal Fernando Segovia. A censura, na prática, equivale a uma “mancha” no currículo. De acordo com a comissão, Segovia recebeu a censura em razão da entrevista concedida à Reuters. À agência, o ex-diretor-



geral disse que a PF não viu indício de crime cometido pelo presidente Michel Temer e indicou que a PF poderia pedir o arquivamento das investigações. A censura foi aplicada na última segunda-feira (12).

Falha em operação: Folha de S. Paulo noticia que um morador da Vila Kennedy, zona oeste do Rio, passou 36 horas detido pelo Exército após uma falha de militares em abordagem durante uma operação na favela. O relojoeiro Carlos Alberto Dória Jr. voltava com um amigo de uma festa na madrugada do dia 3 de fevereiro quando seu carro foi parado em um bloqueio das Forças Armadas nos acessos à favela. Eles foram liberados assim que os oficiais revistaram o carro e se preparavam para deixar o local, quando uma confusão ao lado fez com que os oficiais jogassem spray de pimenta no veículo de Carlos e do amigo, que saltaram para fora e protestaram contra a ação. Em relato, um dos cabos disse que os civis foram agressivos com os militares e o amigo de Carlos correu para o interior da favela, deixando Carlos sozinho no bloqueio. Carlos negou que tenham agido com agressividade, mas mesmo assim foi levado sob custódia e assim permaneceu por 36 horas. De acordo com o defensor público da União, Thales Arcoverde, Carlos não deveria ter ficado nem uma hora detido e houve excessos claros por parte dos militares.

Comércio de fuzis: O contrabando de armas de grosso calibre, como o fuzil AK-47 da Venezuela, pela facção criminosa paulista Primeiro Comando da Capital (PCC) preocupa delegados da Polícia Civil do Amazonas que atuam na repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas no Estado. Há registro e informações confirmadas de que milicianos do presidente venezuelano, Nicolás Maduro, estão vendendo armas para o crime organizado, especialmente para o PCC. A polícia amazonense tem o conhecimento de que o presidente do país vizinho treinou 500 mil milicianos com a justificativa de proteger a soberania da Venezuela contra os Estado Unidos da América (EUA), e deu para eles fuzis AK-47. Segundo a polícia, Maduro tem a pretensão de treinar mais 500 mil milicianos. Notícia do **A Crítica**.

Encerrar intervenção: O presidente da República, Michel Temer, disse nesta quarta-feira (14) que poderá encerrar a intervenção federal no Rio de Janeiro em setembro para que o governo possa voltar o foco para a discussão e a aprovação da reforma da Previdência ainda em 2018. Segundo o presidente, os últimos quatro meses do ano poderão ser



usados para a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 287/2016 que trata das mudanças das regras previdenciárias. Notícia do **UOL**.

Episódios de assaltos: O **Globo** noticia que, quem precisa circular pela Cidade Nova, na região central do Rio de Janeiro, recorre a todo tipo de precaução para evitar ser vítima de assaltos. O bairro abriga o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), onde foi instalado o Gabinete de Intervenção Federal. A proximidade com o quartel general da cúpula de segurança do estado, no entanto, não tem sido capaz de inibir atos de violência. Em quase um mês de intervenção, transeuntes e moradores da área ainda relatam ocorrências de roubo.

Sistema Prisional

Operação 'Pão Nosso': **Estadão** noticia que a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, no Rio, abriram nesta terça-feira, 13, a Operação Pão Nosso, nova fase da Lava Jato. O objetivo é investigar crimes de corrupção, evasão de divisas e lavagem de dinheiro em contratos da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro (SEAP). Em nota, a PF informou que 120 policiais federais e servidores da Coordenadoria de Segurança e Inteligência do MPF/RJ, do MPRJ e da Receita cumprem 14 mandados de prisão preventiva, 10 mandados de prisão temporária e 28 mandados de busca e apreensão, expedidos pela 7ª Vara Federal Criminal/RJ. A ação ocorre nos municípios do Rio de Janeiro/RJ, Mangaratiba/RJ, Niterói/RJ, Duque de Caxias/RJ e Araras/SP.

Bitcoin: **EBC** informa que o esquema investigado pela Operação Pão Nosso aponta para a lavagem de dinheiro na Secretaria de Administração Penitenciária de valores em torno de R\$ 44,7 milhões, entre 2010 e 2015. O trabalho de investigação foi detalhado em coletiva de imprensa e indica a existência de superfaturamento e lavagem de dinheiro em contratos de fornecimento de lanches e cafés da manhã para os presídios. O superintendente da Receita Federal no Rio de Janeiro, Luiz Henrique Casemiro, destacou que, pela primeira vez, foi identificado o uso de operações envolvendo a criptomoeda bitcoin na tentativa de fazer remessas de valores ao exterior.



Nem da Rocinha: O ex-traficante Antônio Bonfim Lopes, o Nem da Rocinha, preso desde 2011 acusado de chefiar o tráfico na comunidade da Rocinha (RJ), conversou com o **EI País** sobre a atual situação do Rio de Janeiro em relação ao período em que chefiou a Rocinha. Para Nem, está mais do que provado que colocar a polícia na rua não dá resultados efetivos, e que, para solucionar o problema da violência no estado, o governo deveria investir em educação e políticas sociais para a população. A guerra pelo controle do tráfico de drogas no Rio é considerada uma “traição” para Nem, apesar disso, diz não querer voltar para o tráfico quando for libertado e vislumbra um futuro diferente ao lado dos sete filhos quando sair da prisão. As penas para o antigo líder da facção 'Amigos dos Amigos' somam mais de 96 anos por tráfico de drogas, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro.

Prisão de milícia: A Polícia Civil, com apoio do Ministério Público e da Corregedoria da Polícia Militar, prendeu sete suspeitos de integrar uma milícia instalada no município de Mesquita, na Baixada Fluminense, na manhã desta quarta (14). Seis mandados foram cumpridos e uma prisão em flagrante realizada. Ao todo, os agentes visam cumprir oito mandados de prisão, quatro deles contra PMs. A operação contou com equipes da Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (Draco) e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), além do apoio de homens da Força Nacional. Notícia do **G1**.

Denúncias por corrupção: **UOL** noticia que o ex-diretor do presídio de Anápolis, Fábio de Oliveira Santos, o agente penitenciário Antônio Dias Ataídes Neto e o vigilante penitenciário Ednaldo Monteiro da Silva, assassinado em 2 de janeiro de 2018, formavam uma organização criminosa dentro do presídio goiano, de acordo com a denúncia do Ministério Público de Goiás (MP-GO), oferecida na última sexta-feira (9) à Justiça. Os denunciados associaram-se para o fim específico de cometer crimes e, logo em seguida, com unidade de desígnios e em progressão criminosa, constituíram e integraram uma organização criminosa estruturalmente ordenada, com divisão de tarefas e emprego de arma de fogo, visando obter vantagens indevidas mediante a prática de diversos crimes, como corrupção passiva, tráfico de drogas, tortura, prevaricação e favorecimento real, utilizando de suas funções públicas para tanto, de acordo com os promotores do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado) do MP-GO.